

À espera de um novo choque

por José Casado
de São Paulo

Um novo "choque" de estabilização na economia, para provocar uma queda abrupta na taxa mensal da inflação, deverá ser decretado na segunda quinzena de março do próximo ano, logo depois da posse do sucessor do presidente José Sarney.

E o que estão prevendo empresários de diferentes setores, com base em conversas com os principais candidatos à Presidência da República, nos últimos sessenta dias.

Há nuances entre as propostas de cada candidato e, fundamentalmente, nenhum ainda detalhou seu plano econômico de forma a determinar quem, de fato, deve pagar a conta desse novo "choque" antiinflacionário.

Mas, realmente, como constataram os empresários, todos estão operando com a premissa de que qualquer que seja o eleito, para governar com alguma tranquilidade nos primeiros seis meses, terá de executar um conjunto de medidas emergenciais contra a inflação.

Entidades empresariais já começaram a debater como poderão influir na formulação dessas medidas econômicas de curto prazo do novo governo. Ontem, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por exemplo, seus presidentes fizeram a primeira reunião com esse objetivo.

Com base na experiência do Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, os empresários, de forma geral, se dizem convencidos de que não basta um "choque" interno na economia. Aham necessário também algum



Mário Amato

tipo de negociação com os credores estrangeiros, ainda que tais gestões tivessem como base a moratória — hoje um instrumento de negociação por eles reconhecido como válido.

O debate, na área empresarial, está mostrando uma situação inversa à dos anos de 1986 e 1987, quando o congelamento de preços e a moratória da dívida externa, na gestão do então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, provocaram uma avalanche de críticas ao governo.

Mário Amato, presidente da FIESP, por exemplo, tem repetido que "sacrifícios serão necessários e até compreendidos pelo empresariado".

(Continua na página 7)

À espera de um ...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Entende que a moratória, isolada, não resolve o problema: "Tendo a casa organizada, com um ajuste interno, o resto fica mais fácil", explicou ao repórter Antonio Gutierrez.

E certo, porém, que não existem mais grandes resistências na área empresarial à adoção, pelo novo governo, de instrumentos econômicos emergenciais já utilizados — e muito criticados — como o congelamento e a moratória externa.

Ontem, a propósito, o governo brasileiro deixou de pagar US\$ 1,3 bilhão aos credores estrangeiros, concretizando uma moratória tácita negociada nos últimos cinco meses. E nenhum protesto interno da elite empresarial foi registrado — ao contrário do que ocorreu em anos anteriores.

Nas mais recentes reuniões, empresários como Antonio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do grupo Votorantim, têm feito uma autêntica pregação a favor da suspensão dos pagamentos da dívida externa, para obten-

ção de uma efetiva redução nas transferências líquidas de capitais ao exterior.

"O Plano Cruzado provou que com essa dívida externa não podemos sequer produzir alimentos para todos", repete Ermírio de Moraes nesses encontros.

Não é o único. Israel Klabin, diretor do grupo Klabin, também tem sido enfático: "Toda e qualquer proposta dos credores, até agora, não redundou em nada."

Temos sido obrigados a aceitar projetos e propostas tipo Plano Baker que trazem falsas auréolas de esperança. São bons, mas para promoção pessoal de seus autores. O certo é que não podemos, mais, delegar competência. Nós é que temos de resolver".

Aparentemente, o próximo presidente da República, seja qual for o eleito, terá menos problemas no começo de seu mandato para fazer um "choque" na inflação e na dívida externa, do que tiveram, por exemplo, o presidente José Sarney e seu ministro Dilson Funaro, entre 1986 e 1987.

Terá, também, um "cálice" político de mais de 40 milhões de votos.